



Poder Judiciário  
Justiça do Trabalho  
Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região

## **AÇÃO TRABALHISTA - RITO ORDINÁRIO** **RTOrd 1000904-59.2017.5.02.0314**

[PARA ACESSAR O SUMÁRIO, CLIQUE AQUI](#)

### **Processo Judicial Eletrônico**

**Data da Autuação:** 25/05/2017

**Valor da causa:** R\$ 40.000,00

**Partes:**

**RECLAMANTE:** SINDICATO DAS EMPRESAS DE TRANSPORTES URBANOS E METROPOLITANOS DE PASSAGEIROS DE GUARULHOS E ARUJA - GUARUSET - CNPJ: 15.217.076/0001-40

**ADVOGADO:** MARCOS ROGERIO AIRES CARNEIRO MARTINS - OAB: SP177467-D

**RECLAMADO:** UNIÃO FEDERAL (PGF) - CNPJ: 05.489.410/0001-61

**CUSTOS LEGIS:** MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO - CNPJ: 26.989.715/0001-02



PODER JUDICIÁRIO ||| JUSTIÇA DO TRABALHO

TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 2ª REGIÃO

4ª Vara do Trabalho de Guarulhos ||| RTOrd 1000904-59.2017.5.02.0314

RECLAMANTE: SINDICATO DAS EMPRESAS DE TRANSPORTES URBANOS E METROPOLITANOS DE PASSAGEIROS DE GUARULHOS E ARUJA - GUARUSET

RECLAMADO: UNIÃO FEDERAL (PGF)

## CONCLUSÃO

Nesta data, faço o feito concluso ao(a) MM(a) Juiz(a) da 4ª Vara do Trabalho de Guarulhos/SP, tendo em vista o pedido de tutela antecipada formulado na petição inicial. **Certifico, ante o contido na Recomendação CR nº 47/2008 do E. TRT da 2.ª Região, que os pedidos da inicial versam sobre matéria de direito.**

GUARULHOS, 6 de Julho de 2017.

EMANUEL ACIOLI ALMEIDA

Diretor de Secretaria

Vistos etc.

Tendo em vista que os pedidos versam sobre matéria de direito, designe-se de plano audiência de julgamento.

Cumprido, cite-se a UNIÃO dos termos da presente ação, devendo apresentar defesa e documentos, no prazo de 20 dias, sob pena de revelia e confissão.

Após o referido prazo, deve o Sindicato autor manifestar-se sobre a defesa, em 10 dias, independente de intimação, sob pena de preclusão.

O autor formula pedido de antecipação de tutela (item 107 da petição inicial) no sentido de que a União/DRT cesse as autuações referentes às fiscalizações envolvendo a matéria discutida nestes autos, especificamente quanto à cota de contratação de aprendizes, até o trânsito em julgado da presente demanda. Além de razoável, o deferimento da tutela não traz qualquer prejuízo ao interesse público. Defiro.

Tendo em conta a matéria a ser tratada, intime-se o Ministério Público do Trabalho para que informe se possui interesse no acompanhamento do feito.

Dê-se ciência às partes da presente decisão, bem como da data designada para audiência de julgamento.

GUARULHOS, 12 de Julho de 2017

ROBERTO BENAVENTE CORDEIRO  
Juiz(a) do Trabalho Substituto(a)

# SUMÁRIO

Documentos			
Id.	Data de Juntada	Documento	Tipo
9fed0d7	12/07/2017 14:54	<a href="#">Decisão</a>	Decisão